

XVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR

II SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG



ÉTICAS E RELIGIÕES EM TEMPOS DE CRISE - NOV. 2021



Religião e educação durante a pandemia do coronavírus no Estado do Amapá: notas sobre o Currículo Prioritário para o Ensino Religioso

Alysson Brabo Antero¹
Marinilson Barbosa da Silva²

Introdução

A pandemia do coronavírus é o fato social em escala global mais marcante do primeiro quarto do século XXI. O avanço da doença no Brasil obrigou governos estaduais e municipais a decretarem lockdown o que levou a paralisação das aulas presenciais em escolas públicas e privadas.

Sem saber ao certo o que fazer, sistemas de ensino de todo o país aguardavam as deliberações do Conselho Nacional de Educação (CNE) que aos poucos foi publicando normativas, como: reorganização do calendário escolar, adoção de atividades pedagógicas não presenciais e flexibilização da carga horária mínima anual conforme Parecer CNE/CP nº 5, de 28 abril de 2020.

Diante desse quadro, a Secretaria de Educação do Amapá mobilizou seu corpo técnico de profissionais para adaptar o Referencial Curricular Amapaense (RCA) à realidade pandêmica. O resultado foi a apresentação no segundo semestre de 2020 de um documento intitulado Currículo Prioritário Amapaense (CPA) para ser trabalhado no período de confinamento social.

Este trabalho é uma análise desse documento com corte no componente Ensino Religioso, anos finais do ensino fundamental. A relevância desse estudo consiste em identificar as informações mais significativas voltadas para minimizar os impactos da pandemia na educação escolar, sem negar aos estudantes o direito ao conjunto de competências e habilidades essenciais para sua formação humana integral.

¹ Doutorando em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Professor de Ensino Religioso da rede pública estadual do Amapá. E-mail: alysson.antero@academico.ufpb.br

² Doutor em Educação pela UFRGS, Pós-Doutor em Teologia Prática pela Faculdade EST. Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões (PPGCR/UFPB). E-mail: professor.marinilson@gmail.com

O cenário das atividades escolares no Amapá em 2020

Mesmo com os noticiários internacionais narrando o avanço do vírus causador da covid-19 pelo mundo, o ano escolar de 2020 no Amapá começou com a impressão que o vírus não chegaria ao Estado. Em fevereiro, porém, ocorreu a primeira morte por covid-19 no Estado do Rio de Janeiro, após isso, assistimos perplexos o avanço da doença de norte a sul do Brasil em meio a pronunciamentos e ações negacionistas do Governo Federal.

Nessa esteira, em 08 de março a Secretaria de Educação do Amapá inicia o ano escolar de 2020 na rede de ensino estadual, porém, uma semana depois viu-se impelida a paralisar as atividades presenciais. No começo muitos achavam que seria uma paralisação passageira, tanto que nas primeiras semanas não houve qualquer orientação de manutenção das atividades escolares.

Entretanto, conforme a gravidade da situação pandêmica aumentava, sobretudo com o colapso do sistema de saúde e a morte de centenas de milhares de pessoas, a esperança de que seria uma crise passageira deu lugar a incertezas.

As primeiras medidas da Secretaria de Educação após a paralisação total das aulas, coincide com as orientações do Conselho Nacional de Educação. Com efeito, conforme os pareceres do CNE tornavam-se públicos, era anunciada à sociedade amapaense medidas, como: a flexibilização do calendário escolar e a possibilidade de adotar atividades pedagógicas não presenciais, Resolução nº 033/2020-CEE/AP, de 03 de abril de 2020.

Assim, professores de todas as etapas de ensino e de diversos componentes viram-se impelidos a utilizar recursos tecnológicos no qual não possuíam domínio e nem equipamentos. Para completar o cenário, a situação dos discentes era pior, pois uma parte significativa não possuía tecnologias (computador, internet) para acompanhar o que os professores compartilhavam através de perfis em redes sociais institucionais, como YouTube, Facebook, Instagram e/ou por meio dos ambientes virtuais, como: e-mail, whatsapp, podcast, drive (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2020).

Diante desse quadro, o Referencial Curricular Amapaense construído e homologado ao longo do ano de 2018 (AMAPÁ, 2018) não teve a chance de ser aplicado

em condições normais de ensino. Na prática, a pandemia do coronavírus expôs o despreparo dos sistemas de ensino em lidar com situações de excepcionalidades.

Conforme os meses iam passando o Governo Estadual ia prorrogando as medidas protetivas e as atividades escolares não presenciais que no início seriam trabalhadas em caráter de excepcionalidade e temporalidade, passaram a ser normalizadas, embora as condições estruturais fossem adversas tanto para os professores quanto para os alunos (ANTERO; PONTES, 2021).

Em meio a essa conjuntura, o governo do Amapá, através da Secretaria de Educação, apresentou em setembro de 2020 um documento intitulado Currículo Prioritário Amapaense (CPA), elaborado por técnicos da secretaria e especialistas nos componentes que fazem parte do currículo da educação básica, anos iniciais e finais do ensino fundamental.

Algumas semanas depois desse anúncio, o que poderia ser um fato que contribuiria para minimizar os impactos da pandemia sobre a educação, acabou sendo invisibilizado por outra crise: pane no sistema elétrico do Estado que obrigou a população a conviver por três semanas consecutivas do mês de novembro com racionamento de energia elétrica o que gerou falta d'água, perda de sinal de internet e escassez de itens básicos para sobrevivência humana. Concomitantemente, a pandemia continuava fazendo vítimas (GUILHERME, 2021).

Sem desconsiderar esse contexto estrutural maior, o trabalho faz uma análise do Currículo Prioritário Amapaense, com corte no componente Ensino Religioso, anos finais do ensino fundamental. Assim, por meio do método pesquisa documental (GIL, 2002), o CPA tornou-se a principal fonte da investigação, além dele, incluiu-se alguns pareceres do CNE. Norteou nosso percurso metodológico identificar o teor e as informações mais significativas dos documentos selecionados.

Notas sobre Currículo Prioritário Amapaense para o Ensino Religioso

O documento inicia com o perfil acadêmico/profissional dos professores³ que elaboraram o currículo prioritário para o Ensino Religioso. Ambos são formados em

³ Maria de Lourdes Sanches Vulcão e Gleidson Salheb.

Ciências da Religião/Ensino Religioso, com titulação de mestre, funcionários concursados e com experiência na docência.

Tal apresentação é extremamente positiva, pois era comum chegar nas mãos dos professores de ER trabalhos elaborados por pessoas do centro-sul do país. Sem questionar a expertise de tais profissionais, infelizmente o que produziam acabava sendo pouco utilizado, pois abordava assuntos distantes da realidade local.

Assim, ter professores formados, experientes e conhecedores do contexto regional proporcionou ao CPA um grau de confiança e expectativa de que encontraríamos objetos de estudos, competências e habilidades ligados as questões culturais e religiosas do Estado do Amapá e da Região Norte do Brasil.

Posteriormente são apresentados os principais objetivos do CPA: garantir aos estudantes um conjunto de conhecimentos essenciais para sua formação integral e, não menos importante, auxiliar os professores na execução das atividades pedagógicas não presenciais.

Esta é uma proposta que visa orientar o(a) professor(a) de acordo com as diretrizes dos documentos oficiais. Pois, trata-se de uma tentativa de auxiliar cada professor(a) na retomada das atividades pedagógicas, presenciais ou não, garantindo deste modo os direitos educacionais de todos os alunos(as), assim preconizados na Constituição Federal, em leis infraconstitucionais, bem como nas normas do Conselho Nacional de Educação e Conselho Estadual de Educação (AMAPÁ, 2020, p. 08).

Constata-se que o documento elegeu o aluno como ponto de partida e chegada das ações educativas que deveriam ser executadas e, ao mesmo tempo, visou garantir um mínimo de orientação aos professores que foram desafiados a repensar conteúdos, metodologias e formas de avaliação diante de uma crise sanitária que impôs situações de aulas de forma não presencial.

Um eco dessas ideias é compartilhado por Santos (2020) ao expressar que no contexto de isolamento social e atividades pedagógicas não presenciais os planos de ensino escolar perderam sentido. Por conseguinte, diante da catástrofe da covid-19, tudo precisava ser repensado: conteúdo, estratégia de ensino e formas de avaliar.

É possível identificar no documento ainda os fundamentos teórico-metodológicos que norteiam o currículo prioritário para o ER: os recentes ordenamentos educacionais, leia-se, Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017)

e Referencial Curricular Amapaense (AMAPÁ, 2018), estudos científicos e prenúncios de uma abordagem do ER de perspectiva decolonial (FLEURI, 2015).

A partir desse posicionamento teórico-metodológico elimina-se a ideia que o documento foi construído a partir do zero. Ao contrário disso, vale-se de marcos regulatórios referências para educação e utiliza a Ciências da Religião e, não a teologia, como base teórica, conseqüentemente, prioriza a formação integral dos estudantes e inclui entre seu objeto de estudo saberes, crenças e religiosidades dos povos colonizados.

Sobre a prática de um ER de perspectiva intercultural Pozzer e Wickert (2015) referem-se pertinentemente que o momento atual é propício para fazer uma ruptura com a lógica monocultural, colonialista e eurocêntrica que historicamente anulou do currículo a vida intercultural e produziu exclusão, invisibilidade, exotização e estigmatização de outras formas de conhecimentos religiosos.

Tais perspectivas teóricas, aliadas a outras questões correlatadas, reforçam por um lado, que o ER não deve ser usado como espaço para corroborar lógicas de dominação e de centralismos excludentes e, por outro, reafirma a prática de um ER democrático, plural e inclusivo (RODRIGUES, 2020).

É possível identificar também as bases dos procedimentos metodológicos: concepção de aprendizagem contínua, privilégio do saber local/regional sobre o nacional/global, pluralidade de objetos de estudos e link para aprofundamento pedagógico.

A preocupação com aprendizagem contínua é demonstrada quando, ao se propor uma habilidade para determinado período/ano, mostra-se também a habilidade do período/ano anterior que deveria estar consolidada pelos estudantes. Dessa forma, os professores poderiam adotar estratégias para verificar se competências e habilidades estavam consolidadas e, a partir desse diagnóstico, retomar ou aprofundar questões conforme o desenvolvimento dos estudantes e faixa etária/ano.

É evidente no documento a seleção de objetos de estudos relacionados a realidade da Região Norte e do Estado do Amapá, pois são apresentadas questões, como: pajelança, práticas xamânicas, benzeção para o 8º ano e, manifestações culturais

locais e episódios históricos ligado à população indígena, quilombola e ribeirinha para o 6º ano.

Paralelo a esse procedimento, percebe-se uma preocupação em trabalhar temas relacionados ao contexto do ano de 2020. Assim, os assuntos sugeridos para o 7º ano, por exemplo, abordavam sobre religião e cura, religião e práticas de bem-estar, religião e saúde, enquanto que para o 9º ano propunha-se identificar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) que podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas.

Infere-se dos parágrafos precedentes que a prática docente deveria desenvolver temáticas contextualizadas a realidade dos alunos e privilegiar o saber local/regional como forma de garantir aprendizagens significativas e a permanência e continuidade dos estudos.

Por fim, foi disponibilizado na tabela de habilidade prioritárias, organizada por ano/bimestre, links com sugestões pedagógicas para aprofundamento. Através desses links os professores acessavam artigos e vídeos relacionados ao tema estudado, o que poderia proporcionar aos docentes maior segurança teórica-metodológica. Como as sugestões para aprofundamento configuravam-se como fontes primárias de pesquisa, os professores eram orientados a fazer a transposição didática, ou seja, a adaptação dos conteúdos de linguagem acadêmica para o contexto da educação básica.

Imagem 01: Recorte da tabela de habilidades prioritárias para o Ensino Religioso, 6º ano, 4º bimestre.

3. Habilidades Prioritárias

6º - ANO ENSINO RELIGIOSO

4º Bimestre

Unidade Temática	Objetos de Conhecimento	Conhecimento Prévio	Habilidades
Crenças religiosas e filosofias de vida	Símbolos, ritos e mitos religiosos	EF05ER-AP01	(EF06ER07) Exemplificar a relação entre mito, rito e símbolo nas práticas celebrativas de diferentes tradições religiosas, de modo a compreender o cenário religioso das comunidades e populações tradicionais do Estado do Amapá, em especial as afroindígenas

Links com sugestão pedagógica:

https://bit.ly/3aOSPvp

Propõe a constituição de um "mapa" de lugares e circunstâncias de origem de livros sagrados e escritos de referência das tradições religiosas.

https://bit.ly/3iRfijk

Rico material produzido pelo Instituto IEPE, em formato de e-book, abordando processos históricos, ocupação territorial, quadro sociodemográfico, organização da vida social, cosmologias e vida ritual de povos amazônicos do Amapá. É preciso atentar para a linguagem acadêmica utilizada, sendo necessário fazer a transposição didática.

https://bit.ly/3j2Auac

Videoaula sobre textos (orais e escritos) sagrados e rituais nas tradições religiosas.

Fonte: Dados da pesquisa

Considerações finais

O documento apresentado pela Secretaria de Educação do Amapá em setembro de 2020 sob o título Currículo Prioritário Amapaense foi uma proposta que, guardadas as devidas proporções, mostrava-se factível por priorizar certas habilidades consideradas essenciais para formação dos estudantes que viviam sob um contexto de isolamento social imposto pela pandemia do coronavírus.

No que pese ao componente ER as sugestões apresentadas na tabela de habilidades dialogam com os marcos regulatórios para o componente e com o contexto pelo qual passava a sociedade. Consequentemente, a proposta fortalece o ER escolar de perspectiva democrática, plural, inclusiva, não confessional e decolonial.

Não obstante, há um silêncio no CPA sobre o processo de avaliação escolar e questiona-se se um documento construído em tão pouco tempo e sem o devido debate com os pares, sobretudo com os que estavam no chão da escola, é capaz de alcançar seus objetivos, sabendo que há toda uma realidade macroestrutural que influi na aplicabilidade das propostas educacionais.

Como última instância, saber o alcance do Currículo Prioritário Amapaense para o Ensino Religioso durante o período pandêmico e averiguar se auxiliou os professores nas execuções das atividades não presenciais, carece de investigações em campo.

Referências

AMAPÁ. Secretaria de Estado de Educação. Currículo Prioritário Amapaense, Ensino Fundamental: habilidades prioritárias de Ensino Religioso. Macapá, 2020. Disponível em: <<https://nte.ap.gov.br/cpa/>>. Acessado em: 02/12/2020.

AMAPÁ. Secretaria de Estado de Educação. Referencial Curricular Amapaense: educação infantil e ensino fundamental. Macapá, 2018. Disponível em: <<https://nte.seed.ap.gov.br/rca/>>. Acessado em: 10/04/2020.

AMAPÁ. Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº 033/2020 – CEE/AP. Macapá, 2020. Disponível em: <<https://cee.portal.ap.gov.br/atos/arquivo/resolucoes>>. Acessado em: 01/08/2020.

ANTERO, Alysson Brabo; PONTES, Joelson Agostinho de. O Ensino Religioso na Amazônia do Brasil no contexto da pandemia em 2020. In: Anais XVI Seminário Nacional de Formação de Professores para o Ensino Religioso (SEFOPER). Florianópolis. FONAPER, 2021.p. 246-256.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 5, de 28 abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECPN52020.pdf>. Acessado em: 01/07/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_19marc2018-versaofinal.pdf. Acesso em: 04 mar. 2019.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Carta à Sociedade Brasileira, 2020. Disponível em: <<https://campanha.org.br/noticias/2020/04/30/posicionamento-da-campanha-sobre-o-parecer-do-cne-que-da-diretrizes-para-o-calendario-letivo-de-2020/>>. Acessado em: 02/08/2020.

FLEURI, Reinaldo Matias. Interculturalidade, educação e desafios contemporâneos: diversidade religiosa, decolonialidade e construção da cidadania. In: POZZER, Adecir et all. Ensino religioso na educação básica: Fundamentos epistemológicos e curriculares. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015. Disponível em: <https://fonaper.com.br/wp-content/uploads/2020/05/er_na_eb_2015.pdf>. Acesso em 24/01/2019.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUILHERME, Mauro (org.). Memórias de um apagão. Macapá: Portuguese Edition, 2021.

POZZER, Adecir; WICKERT, Tarcísio Alfonso. Ensino Religioso intercultural: reflexões, diálogos e implicações curriculares. In: POZZER, Adecir et all. Ensino religioso na educação básica: Fundamentos epistemológicos e curriculares. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015. Disponível em: <https://fonaper.com.br/wp-content/uploads/2020/05/er_na_eb_2015.pdf>. Acesso em 24/01/2019.

RODRIGUES, Elisa. Ensino Religioso: uma proposta reflexiva. Editora Senso: Belo Horizonte, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Biblioteca Nacional de Portugal. 2020. ISBN 978-972-40-84961.